

Padrão de Nomes Uniformes para Normas, Matérias e Jurisprudência

Fernando Ciciliati

INTERLEGIS

João Alberto Lima

PRODASEN

LEXML-Brasil: Workshop de Lançamento

14 de dezembro de 2005

Auditório do INTERLEGIS – Brasília/DF

Apresentação baseada no trabalho:

The Uniform Names for Measures adopted in Italian Legal Environment

PierLuigi Spinosa

Institute of Legal Information
Theory and Techniques
National Research Council
(ITTIG / CNR - Florence)

Workshop on “Legal XML”

Maggingen/Macolin, 17-19 March 2004

Motivação

- Cenário:

Uma **infinidade** de documentos normativos (normas, regulamentos, jurisprudência) e de projetos de documentos (matérias legislativas, proposições) **publicados em redes de computadores privadas ou na internet**

- Exemplos:

- **Constituição Federal:**

“<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>”

“https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm”

- **Lei nº 8.666:**

“<http://www2.uerj.br/~diplan/pdf/lei8666.pdf>”

“<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/leis/lei8666.pdf>”

- Possibilidades:

- **Busca** de documentos (por meio de “buscadores”)

- Consulta a um **documento específico** (conhecendo-se a URL)

- Criação de **links** entre documentos, **para navegação**

Motivação

- Fato:

URLs (endereços de páginas e de recursos na internet) estão sendo utilizadas para a identificação, a localização e o acesso a documentos normativos

- Problemas:

As URLs foram criadas como **ferramenta** para a solução de problemas de **informática** (e não problemas legislativos ou normativos), e, por isso:

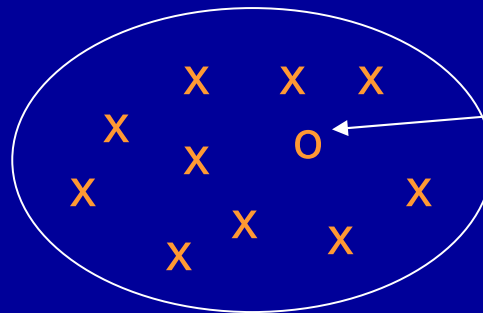
- * Carregam **informações técnicas** como: nome do computador na rede, diretório, nome de arquivo;
- * Sob o ponto de vista do negócio, não possuem regra de formação uniforme, passível de dedução lógica;
- * São **vulneráveis a alterações** do ambiente tecnológico onde os documentos estão armazenados ou publicados;
- * Não trazem, praticamente, nenhuma informação relevante a respeito da **identificação correta e segura** do documento.

A Solução: URNs

Uniform Resource Names (URNs) são identificadores **não-ambíguos** e **duradouros** para recursos disponíveis em uma rede, e são:

- **Independentes** de tecnologia, modo de acesso, localização física e disponibilidade;
- Concebidos pela comunidade Internet como um tipo de URI, portanto, de acordo com **padrões bem estabelecidos**;
- Construídos de **forma lógica**, a partir de um conjunto de regras sintáticas e semânticas bem definidas

universo de todos
os documentos
legais



“nome uniforme”

URNs (exemplos)

Lei nº 8.666 de 1993:

URL -> “http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102466”

URN -> “urn : lex : br : federal : lei : 1993-06-21;8666”

Constituição Federal de 1998:

- “urn : lex : br : federal : constituicao.federal : 1988-10-05;lex-1”

- “urn : lex : br : federal : constituicao.federal”

Código Civil:

- “urn : lex : br : federal : lei : 2002-01-10;10406”

- “urn : lex : br : federal : codigo.civil”

Lei estadual (SP) nº 6.134, de 2 de junho de 1988

- “urn : lex : br;sp : estadual : lei : 1988-06-02;6134”

Instrução normativa SRF nº 117, de 6 de outubro de 1998

- “urn : lex : br : ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal : instrucao.normativa : 1998-10-06;117”

E essas URNs?

“urn : lex : br;sp : secretaria.fazenda : resolucao : 2005-01-15;322”

“urn : lex : br;sp;sao.paulo : camara.municipal : requerimento : 2005-03-01;451”

“urn : lex : br;sp;campinas : camara.municipal : projeto.lei : 2004-11-23;4903”

“urn : lex : br;sp;campinas : prefeitura : mensagem : 2004-08-20;290”

“urn : lex : br;sp : estadual : constituicao.estadual ”

ESQUEMA: Estrutura para o 'lex'

urn : lex :

<localidade> : <autoridade> : <tipo> : <detalhes> :

<anexo> @<versão> #<partição>

Com as seguintes articulações:

<localidade> ::= <país> ; <estado> ; <município>

<autoridade> ::= (<instituição> ; <órgão> ; <função>) |
<entidade>

<tipo> ::= <tipo_documento> ; <especificação>

<detalhes> ::= <data> ; <número>

<anexo> ::= <id-anexo> ; <especificação>

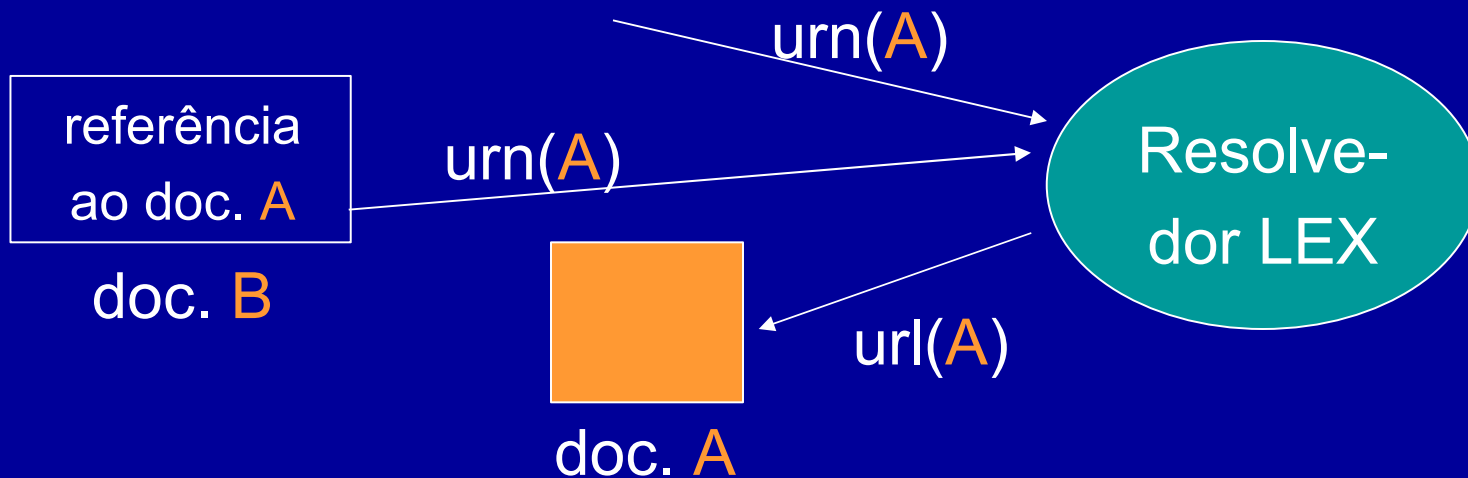
<versão> ::= <data-modificação-norma>

<partição> ::= <id-partição>

Usos das URNs

O **nome uniforme** pode ser usado:

1. Para a **navegação** por meio de referências entre documentos (links) ou para a **recuperação** direta de um documento na rede



2. Para representar formalmente **relacionamentos** entre documentos

ex.: se o **doc.B modifica** o **doc.A**

formalização --> urn(B) **ModAtv** urn(A)

obtendo-se também relacionamentos derivados:

urn(A) **ModPasv** urn(B)

Motivação para a Adoção de URNs

- Criação de um **ambiente de hipertexto global** para o universo de documentos legais: a possibilidade de **navegar**, de forma simples, por todas as referências existentes em um ambiente distribuído e heterogêneo;
- Eliminação dos **problemas** relacionados ao uso, para a identificação de um documento, de informações sobre a sua localização física na rede (p. ex, com a **URL** (*Uniform Resource Locator*), uma combinação de protocolo, máquina, diretório, arquivo, ...):
 - a dificuldade em se **conhecer, a priori**, a localização do recurso desejado;
 - a perda da **validade** das referências com o passar do tempo, pelas mudanças de localizações;
 - a **impossibilidade** de fazer referência a recursos que ainda não foram publicados.
- Esses problemas tornam a **rede** de ligações entre documentos:
 - Extremamente **limitada**, com respeito às potencialidades
 - **Não-confiável** com o passar do tempo

Requisitos do Sistema de URNs LEX

1. Um **ESQUEMA** (conjunto de regras) para a atribuição de nomes, capaz de representar:
 - qualquer documento **normativo** (legislativo, administrativo, judicial);
 - emitido por qualquer **autoridade competente** (nacional, regional, local);
 - a qualquer **tempo** (passado, presente e futuro)

Estratégia:

Empregar um sistema baseado nos **detalhes significativos** do documento referenciado, coerente com a prática de citação no meio jurídico.

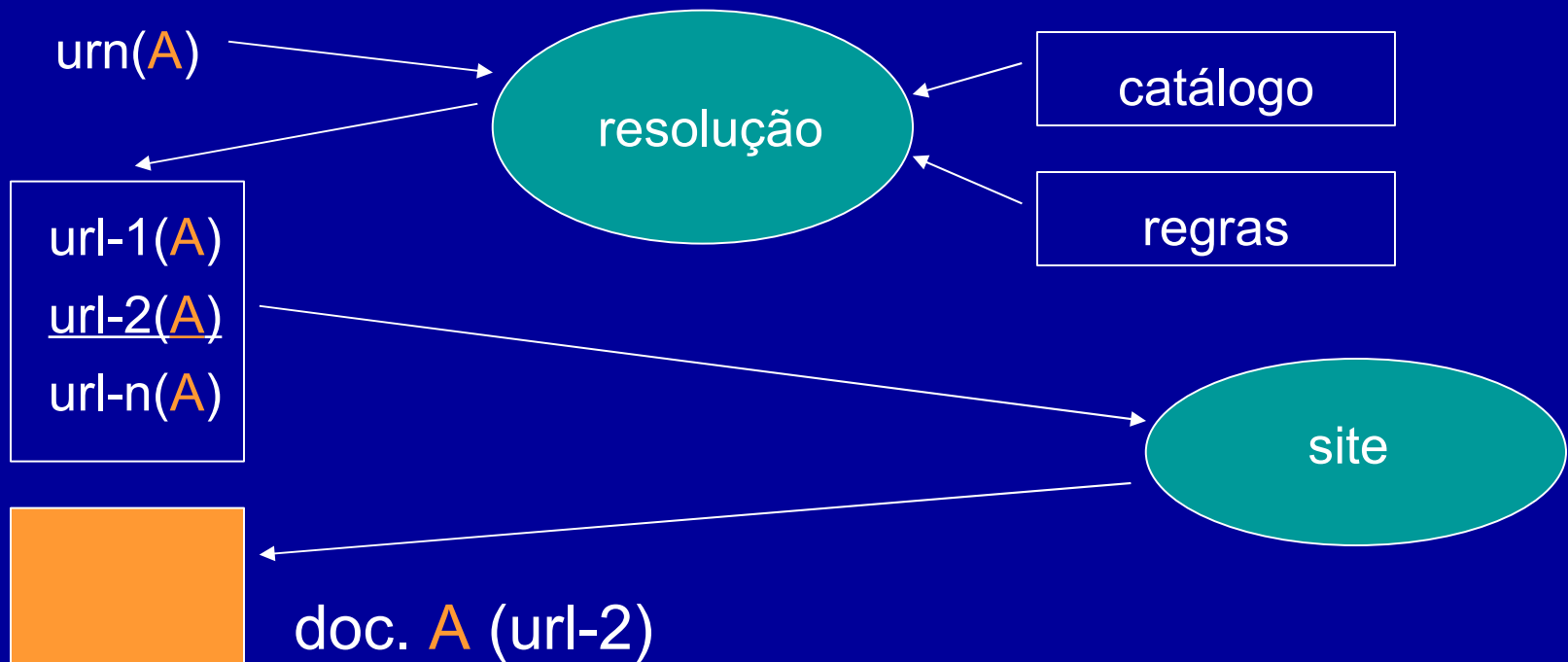
ex.: [art. 25 da lei n. 8666 de 1993](#)

[art. 148 do código civil](#)

Requisitos do Sistema de URNs LEX

2. Um mecanismo de **RESOLUÇÃO (mapeamento)** de nomes uniformes para uma localização física on-line (URL)

[**centralizado** ou **distribuído** (delegações de domínios específicos)]



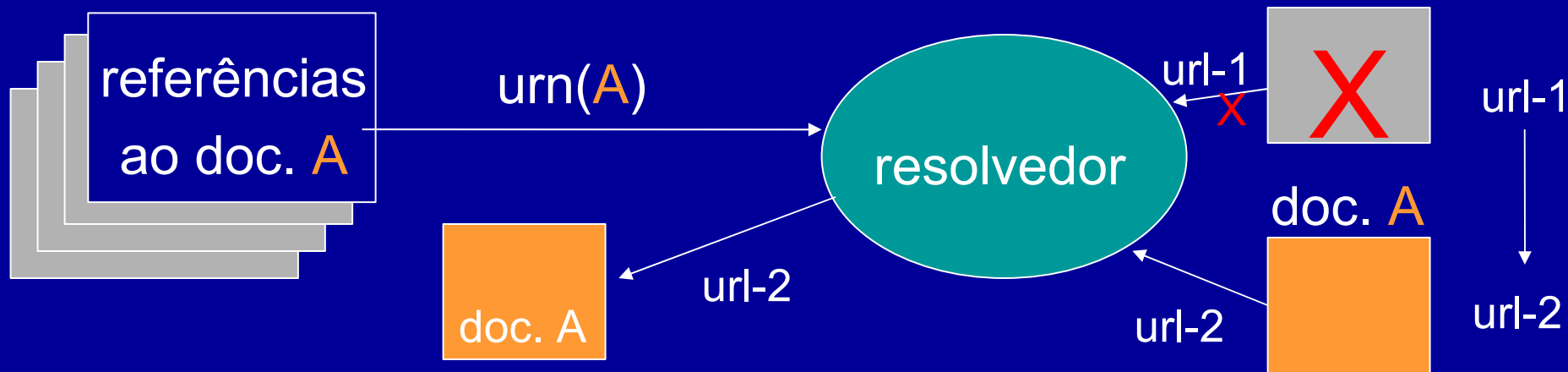
ex.: <urn:lex:br:federal:lei:1993-06-21;8666>

--> <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/leis/lei8666.pdf>

--> <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102446>

Os Mesmos Problemas da URL? NÃO!

- o conhecimento do **endereço de rede** interessa apenas ao processo de resolução, e não ao sistema inteiro de referências
- se um documento é **movido** ou **renomeado**, apenas o endereço no catálogo do resolvedor precisa ser atualizado: o link de referência permanece absolutamente válido



- a **atualização** do catálogo pode ser automatizada, armazenando-se nos metadados do documento o seu URN

Mais vantagens no uso de URNs

- Os nomes uniformes dependem somente dos **detalhes significativos** do documento referenciado

==> Torna as referências **duradouras, pois** o nome do documento não muda com o tempo;

A derivação (formulação) de uma URN a partir do nome do documento é um processo bem definido, dependendo apenas das regras estabelecidas no esquema

==> A “dedução” das URNs torna-se lógica e simples, viabilizando, inclusive, a sua geração de forma automatizada a partir de dados estruturados ou do próprio texto (como uso de parsers)

Regras de Sintaxe do Esquema

a. caracteres

- permitidos: minúsculas, dígitos, “.”
- reservados: “:”, “;”, “+”, “,”, “-”, “@”
- vedados: “/”, “%”, “#”, “?”

b. conversão de caracteres

- maiúsculas: em minúsculas
- letras acentuadas: em formas básicas (ex.: à -> a)
- espaço: em “.”
- conectivos (preposições) e pontuação: eliminados

c. siglas e abreviações

- não aceitas: usar forma extensa (es. Min. -> ministério)

d. formatos

- data: aaaa-mm-dd (ex.: 2001-12-03)
- numeros ordinais: convertidos em arábicos (ex.: 1º, primeiro -> 1)

Regras básicas do Esquema (1)

a. autoridade

- autoridade múltipla (+)

ministerio.fazenda+ministerio.planejamento:nota:1999-12-21;537

- estrutura interna

ministerio.justica;departamento.policia.federal;diretor:circular:1995-05-01;cr21

- entidade ou cargo com força de instituição

presidente.republica:decreto:2001-09-22;345

b. tipo

- tipo genérico (não qualificado)

ministerio.saude:portaria:1999-12-29;233

- tipo com especificação eventual

urn:lex:br;sp;bauru:prefeitura:regulamento;contabilidade:1999-01-15;2

- referências múltiplas ao mesmo documento (apelidos)

br:federal:codigo.civil:2002-01-10;lex-1

br:federal:lei:2002-01-10;10406

Regras básicas do Esquema (2)

c. detalhes

- múltiplas datas e/ou números (,)

superior.tribunal.justica:sentenca:1998-06-12;c-10-97,c-11-97

- sem número natural (lex-xx)

ministerio.relacoes.exteriores:circular:1999-03-17;nir-1

d. anexos

- caso constitua documento autônomo (:)

federal:lei:1982-12-31;979:anexo.a;substancias.nocivas

e. versões com alterações consolidadas (@<data-consolidacao>)

federal:constituicao.federal:1988-10-05;lex-1

federal:constituicao.federal:1988-10-05;lex-1@2005-08-10

f. referência a uma partição formal (#) (separador em discussão)

federal:constituicao.federal:1988-10-05;lex-1#art43-par2-inc4

Uso de URN com um Portal Central (NiR)

1. Software para a **RESOLUÇÃO URN->URL**: (base: NiR)

- utiliza um **Cadastro de Autoridades** para “normalizar” o nome uniforme (correção de possíveis erros na URN de um link)

ex.: **urn:lex:br:ministerio.educacao:portaria:1954-09-26**

normalização (respeitando o contexto temporal)



urn:lex:br:ministero.educacao.cultura:portaria:1954-09-26

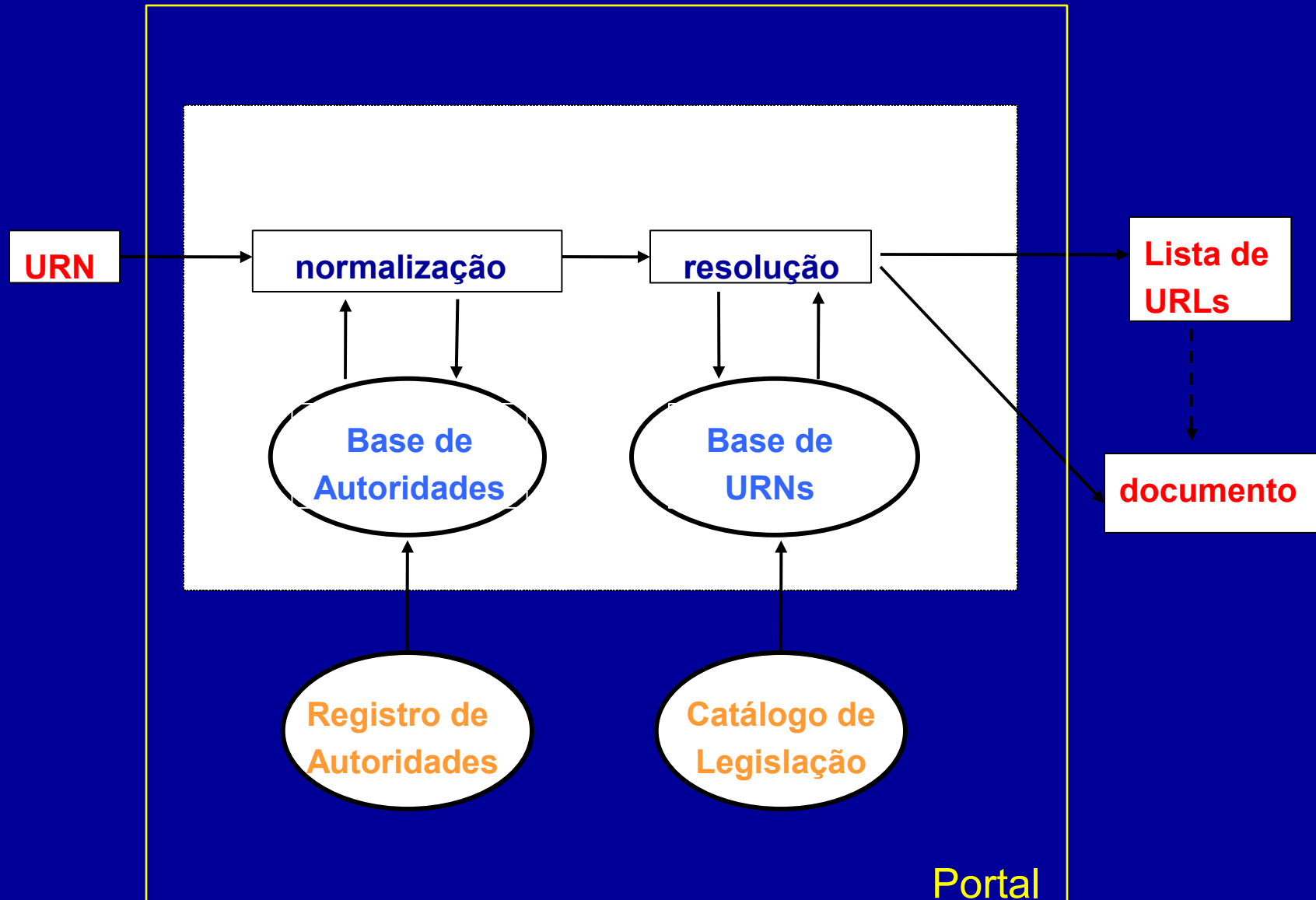
- acessa um **Catálogo de Documentos**

- exibe o **texto** do documento ou as respectivas **URLs**

- eventualmente fornece **informações significativas** contidas no Catálogo (título, data de publicação, ementa, ...)

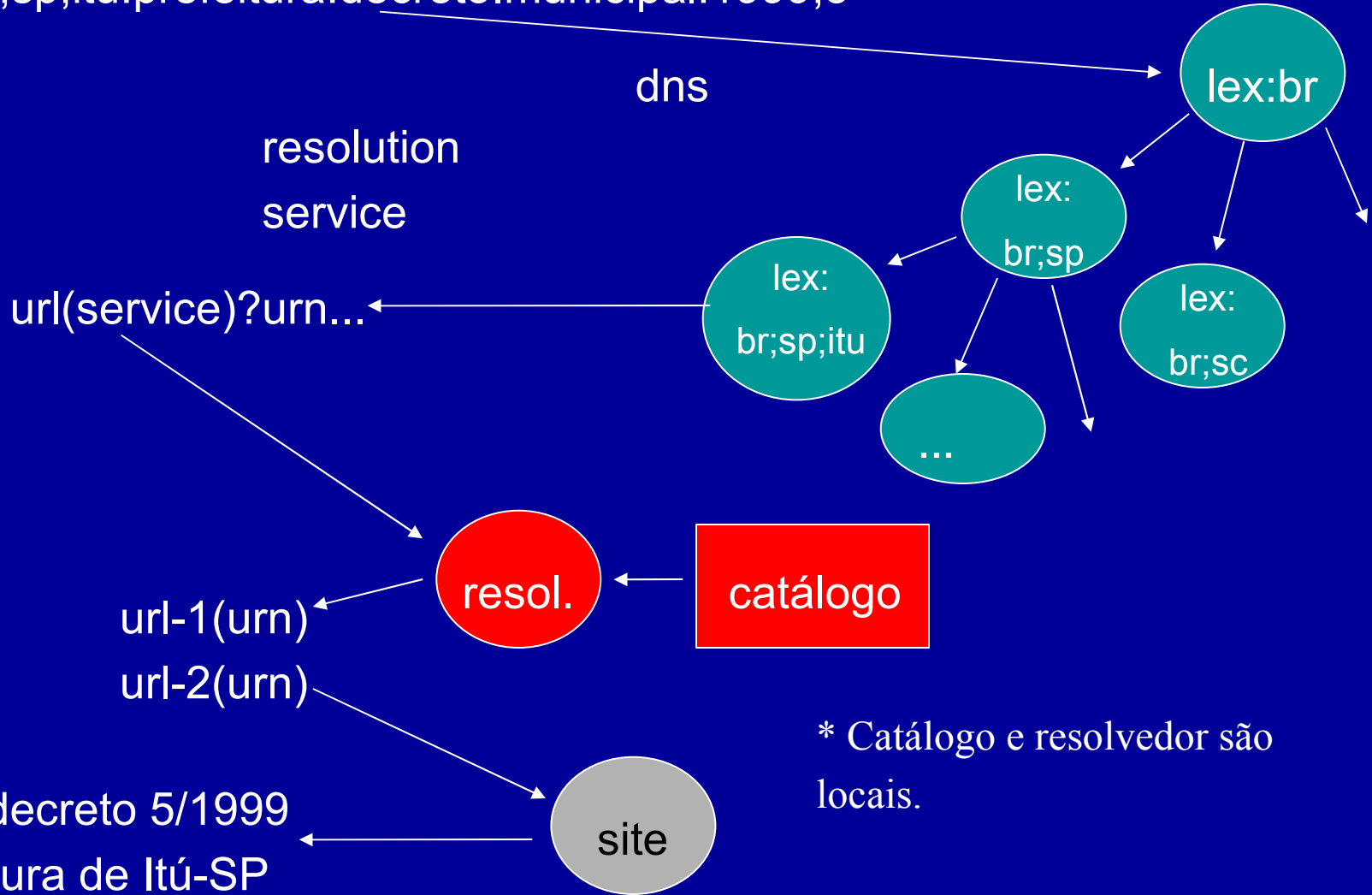
Para auxiliar na recuperação de documentos, o “resolvedor” também trabalha com **busca parcial**.

Esquema do Processo de Resolução



Arquitetura do Sistema de Resolução

urn:lex:br;sp;itu:prefeitura:decreto.municipal:1999;5



* Catálogo e resolvidor são locais.

Experiência Italiana na Implantação do sistema de URN NiR

1. **Proposta** do grupo de trabalho (mar. 2001)
2. **Consulta Pública** aos órgãos da Administração potencialmente envolvidos / interessados (3 meses)
3. Lançamento da **versão 1.0** (jul. 2001)
4. **Aprovação** pelo Comitê Técnico do projeto NiR (jul. 2001)
5. Lançamento da **versão 1.1** (nov. 2001)
6. **Circular** n. 35/2001 emitida pela AIPA (Autoridade para a Informática na Administração Pública) disciplinando e recomendando o uso de URNs (nov. 2001)

Uso da Barra de Ferramentas do NiR

File Modifica Visualizza Preferiti Strumenti ?

Indietro Cerca Preferiti Multimedia

Cerca su NormeInRete: NiR

Indirizzo C:\Documents and Settings\PierLuigi\Documents\Convegna\Macolin\Normeinrete - Navigazione URN.htm

DECRETO DEL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA 28 dicembre 2000, n. 340

"Disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa. (Testo unico).

pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 42 del 20 febbraio 2001- Supplemento ordinario n. 30

NiR toolbar

IL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA

clique em "analisar"

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come modificato dall'articolo 1, comma 6, lettera e), della legge 24 novembre 2000, n. 340;

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della legge 8 marzo 1999, n. 50;

Visto il decreto legislativo recante testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa;

Visto il decreto del Presidente della Repubblica recante il testo unico delle disposizioni regolamentari in materia di documentazione amministrativa;

Viste le preliminari deliberazioni del Consiglio dei Ministri, adottate nelle riunioni del 25 agosto 2000 e del 6 ottobre 2000;

Visto il parere della Conferenza Stato-città', ai sensi dell'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, espresso nella riunione del 14 settembre 2000:

Uso da Barra de Ferramentas do NiR

[DECRETO DEL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA 28 dicembre 2000, n. 445](#)

"Disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa. (Testo A)."

pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 42 del 20 febbraio 2001- Supplemento ordinario n. 30

IL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA

resultado do parser

Visto l'[articolo 87, comma quinto, della Costituzione](#);

Visto l'[articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50](#), come modificato dall'[articolo 1, comma 6, lettera e\), della legge 24 novembre 2000, n. 340](#);

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della [legge 8 marzo 1999, n. 50](#);

Visto il decreto legislativo recante testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa;

Visto il decreto del Presidente della Repubblica recante il testo unico delle disposizioni regolamentari in materia di documentazione amministrativa;

Viste le preliminari deliberazioni del Consiglio dei Ministri, adottate nelle riunioni del 25 agosto 2000 e del 6 ottobre 2000;

Visto il parere della Conferenza Stato-città, ai sensi dell'[articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281](#), espresso nella riunione del 14 settembre 2000;

Udito il parere del Consiglio di Stato, espresso dalla Sezione consultiva per gli atti normativi nell'adunanza del 18 settembre 2000;

Acquisito il parere delle competenti Commissioni della Camera dei deputati e del Senato della Repubblica;

Vista la deliberazione del Consiglio dei Ministri, adottata nella riunione del 15 dicembre 2000;

Parsing a partir de resultado de busca no Portal NiR

DECRETO DEL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA 28 dicembre 2000, n. 445

"Disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa. (Testo A)."

pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 42 del 20 febbraio 2001- Supplemento ordinario n. 30

**Quadro do
Parser**

IL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come modificato dall'articolo 1, comma 6, lettera e), della legge 24 novembre 2000, n. 340;

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della legge 8 marzo 1999, n. 50;

Visto il decreto legislativo recante testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa;

1. copie
2. cole
3. analise



Copia e incolla la parte di testo contenente i riferimenti da analizzare [[Spiegazioni](#)]

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come

[Scrivi](#)

Analizza

Cancela

Parsing a partir de resultado de busca no Portal NiR

DECRETO DEL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA 28 dicembre 2000, n. 445

"Disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa. (Testo A)."

pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 42 del 20 febbraio 2001- Supplemento ordinario n. 30

4. Hipertexto com links URN

IL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA

Resultado do parser

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come modificato dall'articolo 1, comma 6, lettera e), della legge 24 novembre 2000, n. 340;

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della legge 8 marzo 1999, n. 50;

Visto il decreto legislativo recante testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa:

Visto l'[articolo 87, comma quinto, della Costituzione](#);

Visto l'[articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50](#), come modificato dall'[articolo 1, comma 6, lettera e\), della legge 24 novembre 2000, n. 340](#);

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della [legge 8 marzo 1999, n. 50](#);

5. clique em um link

Copia e incolla la parte di testo contenente i riferimenti da analizzare [[Spiegazioni](#)]

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come



[Scrivi](#)

Analizza

Cancela

Acesso diretto ao Parser no Portal NiR



SERVIZIO DI TRASFORMAZIONE DEI RIFERIMENTI NORMATIVI IN COLLEGAMENTI IPERTESTUALI



[Aiuto](#)

Caratteristiche del testo da analizzare

Sorgente dei dati:

Tastiera o copia-incolla

Upload di un file locale

Sfoggia...

Risorsa di rete (URL)

http://www.parlamento.it/parlam/leggi/deleghe/00443dla.htm

Formato del documento

TXT HTML XML

Regione (sottointesa nelle citazioni delle leggi regionali)

Caratteristiche del risultato

Destinazione

Browser Disco

Tipo di uscita	Marcatura	Indirizzo base per i collegamenti presenti
<input checked="" type="radio"/> Link inseriti nel documento	<input checked="" type="radio"/> HTML con risolutore NIR	<input type="radio"/> Non richiesto
	<input type="radio"/> XML conforme alla DTD NIR	<input checked="" type="radio"/> Derivato dalla URL
<input type="radio"/> Elenco dei riferimenti	NO (solo: riferimento, URN)	<input type="radio"/> Immesso: http:// <input type="text"/>
<input type="radio"/> Lista delle Urn	NO (solo: URN, posizioni nel testo)	---

Analizza

Cancella

diferentes
origens,
formatos,
destinos,
saídas...

Resultado do Processo de Resolução

Risultati Ricerca

URN=urn:nir:stato:decreto.legislativo:1997-08-28;281

[Informazioni dal catalogo](#)

Sono state trovate **2** copie del provvedimento rese disponibili da:

- [Parlamento](#)
- [InfoLEGES - Open Community Giuridica](#)

clique em um link

2 recursos foram encontrados para o ato pesquisado

Resultado do Resolver quando o recurso não está disponível...



This is a [IANUS](#) technology facility

Informazioni dal Catalogo delle norme

LEGGE 23 AGOSTO 1988, N. 400

DISCIPLINA DELL'ATTIVITA' DI GOVERNO E ORDINAMENTO DELLA
PRESIDENZA DEL CONSIGLIO DEI MINISTRI.

Publicato in: G.U. 12.09.1988 N. 214 SUPPL.ORD.

no web resource
found for the act



This is a [IANUS](#) technology facility

catalogue information

Uso de URNs em outras aplicações

IDG-DOGI / 21.00.01753

Costanzo Pasquale

La circolazione dell'informazione giuridica digitalizzata: fenomenologia e profili problematici

(Intervento al V convegno internazionale dell'Istituto Documentazione Giuridica (IDG) del CNR sul tema: "Il diritto nella società dell'informazione", Firenze, 2-5 dicembre 1998)

*[Il diritto dell'informazione e dell'informatica](#), 1999, fasc. 3 (giugno), pag. 579-590
(Bibliografia: a fine capitolo, articolo o simile)*

[F79](#) (teoria della scienza giuridica: diritto e informatica)

[D311321](#) (diritti di privativa: diritto d'autore e d'inventore)

[D04017](#) (libertà: di pensiero (art. 21 Cost.))

(Sommario: - Premessa. - L'informazione tra libertà ed eguaglianza. - L'informazione giuridica nella società complessa. - Il trattamento digitalizzato delle informazioni. L'informazione giuridica on-line. - Lo statuto dell'informazione giuridica digitalizzata. I limiti pubblicistici. I limiti privatistici)

art. 5 l. 22 aprile 1941, n. 633

l. 7 agosto 1990, n. 241 ← [\[recupera via NiR\]](#)

art. 24 l. 31 dicembre 1996, n. 675 ← [\[recupera via NiR\]](#)

art. 1 lett. 1 l. 31 dicembre 1996, n. 676 ← [\[recupera via NiR\]](#)

Dir. CE 96/9

**predisposed links
via URNs**

“Tropicalizando...”

1. Divulgar a idéia... (hoje estamos aqui)
2. Reunir interessados e formar grupo de trabalho
3. Definir o plano de adaptação/ajuste para a realidade brasileira
4. Dividir tarefas e responsabilidades no desenvolvimento e na manutenção do sistema em funcionamento
5. Colocar para funcionar!
6. Iniciar processos para a normatização

Simulação para o caso brasileiro...

urn : pessoal : muito;obrigado